

PROCESSO TC N.º 07806/17

Objeto: Licitação e Contrato

Órgão/Entidade: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

Responsáveis: Gervásio Agripino Maia. José Elifábio Alves de Oliveira

Valor: R\$ 40.000,00

Relator: Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO - CONTRATO – EXAME DA LEGALIDADE. Regularidade

do certame.

ACÓRDÃO AC2 - TC - 00902/17

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC 07806/17, que trata do exame do procedimento de Dispensa de Licitação n.º 001/2017, realizado pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, objetivando a contratação da locação do imóvel não residencial, localizado na Praça Vidal de Negreiros, S/N, Centro, João Pessoa — PB, para abrigar as instalações do Centro Administrativo Legislativo, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULAR o referido procedimento licitatório.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa

João Pessoa, 20 de junho de 2017

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho PRESIDENTE Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo RELATOR

Representante do Ministério Público



PROCESSO TC N.º 07806/17

RELATÓRIO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O Processo TC 07806/17 trata do exame do procedimento de Dispensa de Licitação n.º 001/2017, realizado pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, objetivando a contratação da locação do imóvel não residencial, localizado na Praça Vidal de Negreiros, S/N, Centro, João Pessoa — PB, para abrigar as instalações do Centro Administrativo Legislativo, no valor de R\$ 40.000,00.

A Auditoria, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial se posicionando pela notificação da autoridade competente para apresentar a relação dos imóveis locados como anexos da ALPB e seus respectivos contratos, os quais seriam devolvidos, como também, os contratos das empresas de segurança e limpeza que deverão ser alterados.

Notificado o gestor responsável, apresentou defesa, conforme DOC TC 31813/17.

A Auditoria analisou a defesa e se posicionou pela REGULARIDADE da Dispensa de Licitação nº 001/2017, devido ser constatado a redução de despesas com os imóveis que serão devolvidos no valor de R\$ 25.201,07, como também, verificou que já foram feitas as adequações de valores quantitativos nos contratos das empresas prestadoras de serviços, gerando uma diferença a menor no montante de R\$ 468.834,29.

É o relatório.

VOTO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): Da análise dos autos, verifica-se que o procedimento de Dispensa de licitação não apresentou nenhuma mácula em sua análise final.

Ante o exposto, voto no sentido de que a 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA julgue REGULAR o procedimento de Dispensa de Licitação nº 001/2017.

É o voto.

João Pessoa, 20 de junho de 2017

Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo RELATOR

Assinado 21 de Junho de 2017 às 15:15



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho PRESIDENTE

Assinado 21 de Junho de 2017 às 14:58



Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo

RELATOR

Assinado 26 de Junho de 2017 às 12:55



Manoel Antonio dos Santos Neto MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO